



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 466/2011, de 22 de Dezembro de 2011.

**Estima a Receita e Fixa a Despesa
do Município, para o exercício financeiro de
2012, e da outras providencias.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ALHANDRA, ESTADO DA PARAÍBA,
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI.**

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de ALHANDRA, Estado da Paraíba, para o exercício financeiro de 2012, discriminado pelos anexos constantes desta Lei, estima a Receita em R\$ 47.609.844,00 (quarenta e sete milhões seiscentos e nove mil oitocentos e quarenta e quatro reais) fixa a despesa em 46.809.775,00 (quarenta e seis milhões oitocentos e nove mil setecentos e setenta e cinco reais) a Reserva do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA em R\$ 500.069,00 (quinhentos mil e sessenta e nove reais) e a Reserva de Contingência em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, suprimientos de fundos e outras fontes de renda na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos desta lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA POR FONTES	VALOR-R\$.
RECEITAS CORRENTES	45.418.815,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.310.042,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	519.233,00
RECEITA PATRIMONIAL	559.008,00
RECEITA DE SERVIÇOS	18.572,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	42.961.960,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	50.000,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	891.043,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	891.043,00
RECEITAS DE CAPITAL	5.600.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	5.600.000,00
DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEF	- 4.300.014,00
TOTAL GERAL	47.609.844,00

Art. 3º - A Despesa será realizada na forma dos quadros analíticos constantes dos anexos desta lei, conforme discriminação abaixo:

DESPESAS POR FUNÇÃO	VALOR-R\$.
LEGISLATIVA	1.289.200,00
ADMINISTRAÇÃO	6.122.560,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.542.204,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.325.163,00
SAÚDE	6.448.343,00
EDUCAÇÃO	16.794.915,00
CULTURA	1.905.330,00
URBANISMO	4.777.300,00
HABITAÇÃO	330.000,00
SANEAMENTO	895.000,00
AGRICULTURA	1.429.560,00
TRANSPORTE	886.600,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	70.000,00
DESPORTO E LAZER	854.600,00
ENCARGOS ESPECIAIS	1.139.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	46.809.775,00
RESERVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	500.069,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00
TOTAL GERAL	47.609.844,00

Art. 4º - De acordo com o artigo 165, parágrafo 8º, da Constituição da Republica Federativa do Brasil, nos termos dos artigos 7º e 43, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17.03.1964, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I – Abrir créditos Suplementares até o limite de 60% (sessenta por cento), do total da despesa fixada nesta lei.

Art. 5º - Para cobertura da abertura dos créditos suplementares constantes do disposto no inciso I, do art. 4º desta Lei, O Poder Executivo poderá utilizar os recursos previstos nos incisos I, II e III, do paragrafo 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17.03.1964.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º (primeiro) de Janeiro de 2012, são revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito em, 22 de Dezembro de 2011


Renato Mendes Leite
Prefeito Constitucional

